



Minas Setecentistas: breve estudo sobre a pontuação em livros de compromisso das irmandades de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu e de Diamantina

Eighteenth-century mines: a brief study on the score in books of commitment of the brotherhoods of Nossa Senhora do Amparo de Paracatu and Diamantina

Shirlene Ferreira Coelho¹

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Sueli Maria Coelho²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

Resumo: A caracterização sociolinguística do escrevente é um obstáculo que normalmente se interpõe ao linguista que se dedica à pesquisa diacrônica. Isso faz com que, muitas vezes, registros importantes da língua deixem de ser analisados por não ser possível recuperar informações que permitam traçar o perfil socioeconômico e cultural do escriba. Este trabalho tem a pretensão de minimizar essa dificuldade, a partir da exploração da hipótese de que os sinais de pontuação podem constituir pistas importantes, para auxiliar o pesquisador a determinar o grau de escolarização do escrevente. Os dados analisados proveem de dois manuscritos de irmandades mineiras escritas, na segunda metade do século XVIII, por indivíduos pardos e pertencentes a um estrato social menos abastado. Os resultados obtidos sinalizam para a adequação da hipótese e sugerem que existem sinais de pontuação mais adequados para determinar o grau de escolarização do escriba, em função de envolverem regras mais complexas de uso.

Palavras-chave: Sinais de pontuação. Ponto-final. Dois-pontos. Minas setecentista. Sociolinguística.

Abstract: The sociolinguistic characterization of the scribe is an obstacle that normally interposes itself to the linguist who is dedicated to the diachronic research. This often means that important registers of the language are no longer analyzed because it is not possible to retrieve information that allows tracing the socioeconomic and cultural profile of the scribe. This paper intends to minimize this difficulty by exploring the hypothesis that punctuation marks can be important clues to help the researcher to determine the scribe's level of schooling. The data analyzed provide two manuscripts of brotherhoods of Minas Gerais written in the second half of the eighteenth century by brown individuals belonging to a lesser social stratum. The results obtained indicate the adequacy of the hypothesis and suggest that there are more appropriate punctuation marks to determine the scribe's level of schooling, since they involve more complex rules of use.

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, MG. shirlenecoelho@outlook.com

² Doutora em Linguística Teórica e Descritiva (UFMG). É professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando tanto na graduação, quanto na pós-graduação, em nível de mestrado e de doutorado. sucoelho@ufmg.br

Keywords: Punctuation marks. Full stop. Semicolon. Eighteenth Minas. Sociolinguistics.

1 Considerações Iniciais

São vários os desafios que se impõem aos pesquisadores que tomam como *corpus* os usos linguísticos de uma dada comunidade, os quais envolvem não apenas o complexo trabalho de coleta e de transcrição de dados, como também a sua descrição e interpretação. No caso de uma pesquisa sociolinguística, fatores de ordem extralinguística devem necessariamente ser controlados e combinados com fatores linguísticos e, em se tratando de pesquisa diacrônica, a dificuldade tende a assumir proporções maiores, sobretudo porque nem sempre é possível caracterizar sociolinguisticamente o escrevente/copista. Se, por um lado, os arquivos nos prestam uma grande contribuição, por nos permitirem o acesso às amostras linguísticas de sincronias pretéritas, por outro, nem sempre dispõem de informações detalhadas sobre o autor dos textos, fato que, muitas vezes, restringe consideravelmente a composição de *corpora*, impondo-nos o abandono de importantes registros de nossa língua. No intuito de minimizar um pouco essa dificuldade, evitando, desse modo, a perda de mostras linguísticas para as quais não existem registros sociolinguísticos capazes de caracterizar o escriba, alguns pesquisadores (cf. BARBOSA, 2013; CARNEIRO; OLIVEIRA; LOBO, 2013; COELHO, 2017) têm se dedicado à proposição de recursos auxiliares para a caracterização sociolinguística desses escreventes por via indireta. Assim, a partir da análise de documentos para os quais se conhecem as informações sociolinguísticas do escriba, buscam verificar se fatores como, por exemplo, o traçado da letra ou ainda a tipologia de abreviaturas empregadas podem fornecer pistas acerca do grau de escolarização do dono da pena.

Este trabalho busca contribuir nesse sentido, na medida em que se dedica a testar a hipótese de que os sinais de pontuação são também um recurso que pode auxiliar o pesquisador a inferir o grau de escolarização do escrevente, sobretudo se considerarmos que determinados sinais de pontuação são regidos por um conjunto de regras mais complexas, cujo emprego demandaria, portanto, maior grau de instrução/escolarização. Assim, no intuito de julgar a adequação dessa hipótese, este estudo se dedicou à análise do emprego de dois sinais de pontuação, sendo um deles de uso mais simples, dada a sua regularidade e frequência na língua escrita, e outro de uso mais complexo, mobilizando, inclusive, o domínio de um conjunto maior

de regras. Os sinais de pontuação objeto de nossa análise foram, respectivamente, o ponto-final e os dois-pontos. O *corpus* analisado compõe-se de dois compromissos de irmandades, escritos em regiões distintas do Estado de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Trata-se do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Paracatu, datado de 1765, e do Compromisso da mesma Irmandade, porém da cidade de Diamantina, datado de 1782. Segundo registro desses documentos, os escribas são pardos e, como tais, de perfil socioeconômico mais baixo. A opção por analisar o mesmo tipo de documento, da mesma agremiação religiosa e de duas regiões mineiras geográfico-cultural e socialmente distintas, visou a verificar se o fator geográfico também interferia na escolarização dos escreventes, que pertenciam ao mesmo estrato social.

A base para a análise foi, portanto, o cotejo dos usos desses dois sinais de pontuação com a norma do período. Para tanto, necessário se fez sistematizar tal norma. Essa sistematização resulta de uma cuidadosa pesquisa bibliográfica em relevantes obras do período, a qual está resenhada na primeira seção deste texto. Na segunda seção, detalhamos os procedimentos metodológicos adotados para o estudo, bem como apresentamos e analisamos nossos dados em face da hipótese aventada na terceira seção, à qual se seguem nossas considerações finais.

2 Aponte Teórico

2.1 Definindo a pontuação

Considerado por muitos estudiosos um dos principais estudos acerca do tema, o trabalho de Catach (1980) disserta sobre a complexidade de se teorizar sobre o uso da pontuação. Segundo a autora (1980), apesar de o sistema de pontuação não representar um sistema alfabético, por não haver correspondência com o sistema fonológico, ele foi inserido na língua como um “segundo sistema de comunicação” (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Conseqüentemente, a pontuação apresenta uma “dualidade de funcionamento linguístico e de interação recíproca”³ (CATACH, 1980, p. 16, tradução nossa). Ainda segundo Catach (1980), a pontuação consiste num

conjunto de signos visuais de organização e de apresentação, acompanhando o texto escrito, *interior* ao texto e *comum* ao manuscrito e ao impresso; a pontuação

³ “Dualité de fonctionnement linguistique et de leur interaction réciproque” (CATACH, 1980, p. 16).

compreende várias classes de signos gráficos discretos e formando um sistema, complementar ou suplementar à informação alfabética⁴ (CATACH, 1980, p. 21, itálicos da autora, tradução nossa).

Outra importante contribuição para os estudos sobre a pontuação é o trabalho de Rocha (1996; 1997; 1998), que, em seu texto de 1997, avalia que poucos são os estudos que se dedicaram a analisar os sinais de pontuação sob uma perspectiva descritiva, sendo, em sua grande maioria, focados no aspecto normativo. Isso se deve, segundo sua avaliação, ao fato de tais sinais funcionarem tanto no eixo paradigmático, isto é, oferecendo a “possibilidade de o usuário poder selecionar um entre vários signos coexistentes” (ROCHA, 1997, s. p.), quanto no eixo sintagmático, em que “não se apresenta como um sistema de combinações entre os signos de pontuação para formarem unidades de nível superior, mas assume uma *função delimitadora* em níveis gradativos” (ROCHA, 1997, s. p., itálico da autora).

Tendo em vista toda essa complexidade e os objetivos do atual estudo, recorreremos a alguns autores que pudessem nos subsidiar na compreensão e na análise dos dados. Na subseção seguinte, apresentamos uma resenha de alguns dos principais aspectos relacionados aos dois sinais que nos propusemos a analisar no âmbito deste estudo, quais sejam, ponto-final e dois-pontos.

2.2 Ponto-final e dois-pontos: breve histórico

Ao fazer o levantamento histórico dos sinais de pontuação, Acioli (1994) atribui ao gramático Aristófanes a criação dos sinais de pontuação, no século III a.C. Segundo a autora (1994), o sistema de pontuação era composto unicamente por ponto, sendo que a posição desse sinal indicava o tipo de pausa: breve, que funcionava como a atual vírgula; e longa, que funcionava como ponto-final. Via-se, dessa maneira, sua função restrita à oralidade, apresentando um caráter prosódico da pontuação. Para Acioli (1994), somente com o passar do tempo os sinais de pontuação assumiram uma função sintática no discurso.

Em relação ao período renascentista, Rosa (1995) verificou, em seu estudo com textos escritos portugueses, uma maior frequência de ocorrências dos sinais de pontuação cólon, que possui formato semelhante ao atual ponto-final, e coma, com formato semelhante aos dois-

⁴ “Ensemble des signes visuels d’organisation et de présentation accompagnant le texte écrit, *intérieurs* au texte et *communs* au manuscrit et à l’imprimé; la ponctuation comprend plusieurs classes de signes graphiques discrets et formant système, complétant ou suppléant l’information alphabétique.” (CATACH, 1980, p. 21, itálicos da autora)

pontos. Já Machado Filho (2002), em estudo sobre o português medieval, observou a recorrência de uso do ponto simples nos manuscritos analisados. Além disso, o autor observou maior variabilidade de uso desse sinal, o que, para ele, “referenda o ponto como um dos sinais mais presentes e mais funcionais na história da pontuação ocidental, desde que foi primeiramente utilizado com tal finalidade” (MACHADO FILHO, 2002, p. 77). Há ainda, segundo Machado Filho (2002), um uso bastante regular desse sinal logo após a maiúscula, característica própria do texto escrito.

2.3 A norma setecentista/oitocentista

Ao analisar a pontuação encontrada em documentos mineiros setecentistas e tendo em vista o caráter de sua pesquisa, pautada nos preceitos sociolinguísticos, Coelho (2018) percebeu a necessidade de conhecer a norma da época, a fim de definir os usos padrão dos sinais de pontuação e, a partir disso, resumiu algumas das normas encontradas. Para a presente pesquisa, retomamos as normas referentes aos sinais de pontuação *dois-pontos* e *ponto-final*, como pode ser visto nos quadros 1 e 2, respectivamente:

Quadro 1 - Regras de emprego para o sinal *dois-pontos*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usados em orações extensas, quando o sentido é quase perfeito.	Argote (1725) Verney (1746)
Usados no fim de uma oração, que possua sentido perfeito e que independa da oração seguinte.	Feyjo (1734) Constancio (1831)
Usados para separar orações com sentido perfeito, mas que tenham dependência entre si. Teria, assim, função semelhante à do ponto-e-vírgula.	Silva (1890)
Usados para introduzir citações de outros autores.	Feyjo (1734) Ribeiro (1950)
Usados para introduzir uma explicação.	Feyjo (1734) Verney (1746) Moura (1850) Ribeiro (1950)
Usados na separação de duas orações principais, mostrando que há uma oração principal e que há outras subordinadas a esta.	Barbosa (1822)
Usados antes das conjunções <i>assim como</i> , <i>assim também</i> e para enunciar um discurso direto.	Barbosa (1822)
Usados para se referir a um discurso direto; e para enunciar uma enumeração.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 49).

Em relação ao sinal *dois-pontos*, Coelho (2018) verificou a existência de pouca sistematização das regras, havendo muitas normas divergentes entre os autores. Nas palavras da autora (2018),

quanto ao uso dos dois-pontos, são notáveis as divergências de sistematização das regras [...]. Argote (1725), Feyjo (1734) e Verney (1746) afirmam que os dois-pontos devem ser empregados em orações extensas, que possuem sentido quase perfeito; porém Feyjo (1734), assim como Constancio (1831), condiciona o uso à independência entre tais orações. Contrariamente a isso, Silva (1890) vincula o uso dos dois-pontos à dependência entre as orações perfeitas. Em suma, a função comum aos autores compulsados é a dependência entre as partes da oração que estão separadas pelos dois-pontos; o diferencial seria o grau de dependência dessas partes, sendo sistematizado pelo seu sentido perfeito ou quase perfeito. Feyjo (1734) foi o único autor a apontar o uso desse sinal antes de citações [...] Fica claro, pois, o pouco consenso entre esses autores, ao estabelecer as regras de uso para esse sinal de pontuação, diferentemente do que ocorre com o estabelecimento de regras para o uso do ponto-e-vírgula (cf. na subseção 2.4.2), do ponto-final, do ponto de interrogação, do ponto de exclamação e dos parênteses (cf. nas próximas subseções). (COELHO, 2018, p. 49-50).

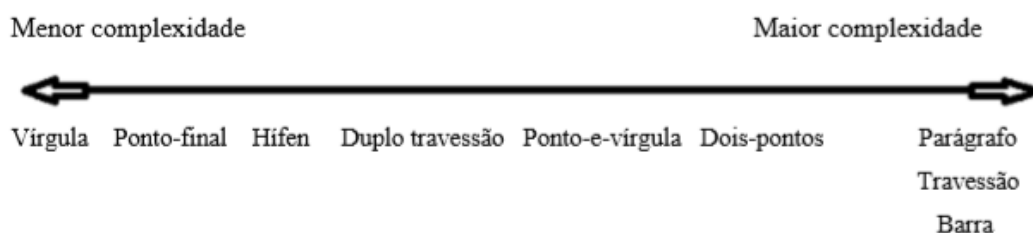
Quadro 2 - Regras de emprego para o *ponto-final*, de acordo com a norma setecentista e oitocentista

Regras	Autor(es)
Usado quando a oração tem sentido perfeito e não depende da oração seguinte.	Argote (1725) Feyjo (1734) Verney (1746) Barbosa (1822) Constancio (1831) Moura (1850) Silva (1890) Ribeiro (1950)
Exerce função de ponto abreviativo.	Ribeiro (1950)

Fonte: Coelho (2018, p. 50).

Conforme observou Coelho (2018), diferentemente do que ocorre com o sinal *dois-pontos*, o sinal *ponto-final* possui uma sistematização da norma bastante regular. Segundo a autora (2018), “nota-se, assim, que se trata de um sinal de pontuação com uso bem consolidado, visto que todos os autores atribuíram-lhe a mesma regra de uso” (COELHO, 2018, p. 51).

Além destes sinais, a autora (2018) fez um levantamento de normas para outros sinais de pontuação, listados em manuais e em gramáticas consultadas. A partir da sumarização dessas normas, bem como das ocorrências computadas, estabeleceu o seguinte *continuum*:



Fonte: Coelho (2018, p. 122)

As normas sistematizadas por Coelho (2018), assim como o *continuum* apresentado pela autora, são indispensáveis também para a presente pesquisa, pois é a partir do estabelecimento dessas regras de uso que se tornou possível avaliarmos os usos dos sinais de pontuação objetos de nossa pesquisa, julgando, assim, a (in)adequação de nossa hipótese. Antes, contudo, de passarmos à apresentação dos resultados obtidos, é necessário descrever os procedimentos metodológicos que nos nortearam, tema que será objeto da próxima seção.

3 Descrição da Metodologia

Ainda que o objeto de estudo aqui apresentado refere-se aos resultados parciais de uma pesquisa maior⁵, adotamos, nesta pesquisa de envergadura menor, a mesma metodologia aplicada em tal pesquisa. Sendo assim, recorreremos aos preceitos sociolinguísticos descritos por Labov (2008 [1972]), para o estabelecimento do conjunto de variáveis analisadas. Para este autor (2008 [1972]), a pesquisa sociolinguística envolve não somente os fatores internos da língua, como também os fatores externos. Isso seria reflexo da impossibilidade de se dissociar a língua das questões sociais, isto é, fatores tais como escolaridade, grupo social, região, idade, sexo teriam influência na estrutura da língua e, portanto, devem ser considerados em uma pesquisa sociolinguística. Considerando-se que nosso propósito consiste em verificar a possibilidade de o uso dos sinais de pontuação indiciar o grau de escolarização do escrevente, selecionamos dois compromissos de irmandades, que possuem como membros pessoas do mesmo grupo socioeconômico, porém de regiões distintas, como pode ser visto no quadro 3:

Quadro 3 – Composição do *corpus*

⁵ Para maiores informações sobre a pesquisa completa, conferir Coelho (2018).



Documento	Sigla	Ano	Cidade	Etnia	Nº de palavras
Compromisso da Irmandade de Nossa do Amparo (em fase de edição ⁶)	CINSAP	1765	Paracatu	Pardos	4612
Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo (DUCHOWNY; COELHO, 2013)	CINSAD	1782	Diamantina	Pardos	5273

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Trata-se, pois, de documentos escritos na mesma época – segunda metade do século XVIII –, ambos com números aproximados de palavras, a fim de se evitar o favorecimento dos resultados de uma irmandade em detrimento da outra, e pertencentes ao mesmo grupo étnico e socioeconômico⁷. Além desses fatores extralinguísticos, incluímos também, em nossa análise, a região em que se encontra cada irmandade. Apesar de essas cidades pertencerem ao atual estado de Minas Gerais, no período histórico analisado, elas sobreviviam de atividades econômicas diferentes. Paracatu foi uma importante região aurífera do estado. De acordo com Ulhôa Pimentel [20-?], “o arraial foi elevado a [*sic.*] vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria (a louca)” (s/p), o que atesta seu importante papel para a região, no período setecentista. Após isso, a região experimentou o declínio do seu desenvolvimento econômico, algo que perdurou até o século XIX, com o fortalecimento das atividades agropecuárias.

Já Diamantina ficou reconhecida por ser uma região de extração de diamantes. Furtado (1996) cita o forte impacto não só econômico, como também social da região no período colonial:

o fato é que o próprio crescimento constante da população, da produção de diamantes e o dinamismo da economia local demonstravam que a Administração Diamantina não trazia nem a decadência, nem o despovoamento. Ao contrário, a população soube se reorganizar neste novo sistema, encontrando sua sobrevivência e até mesmo o próprio enriquecimento. (FURTADO, 1996, p. 44).

⁶ Este documento, segundo Coelho (2018), foi editado por ela durante o desenvolvimento de sua pesquisa.

⁷ Os pardos, àquele período, compunham as classes sociais menos abastadas.



Numa sociedade estratificada, era inevitável que membros das classes socioeconômicas mais baixas buscassem por melhorias de vida. Segundo Furtado (1996), a sociedade diamantinense, “plural, heterogênea e múltipla, era dificilmente dominada pelas autoridades, apesar de terem em mãos Regimento autoritário e excludente e de afastarem a população da mineração do diamante” (p. 50). Tal característica dessa sociedade, assim como afirma a autora (1996), revelou a constante disputa entre membros de classes dominantes ou entre esses e as classes dominadas.

Outra característica importante do período colonial é a forte presença da Igreja Católica na sociedade. Era comum, portanto, a existência de organizações religiosas, sejam irmandades leigas, sejam ordens terceiras, que visavam à manutenção da fé cristã e dos bons costumes. De acordo com Salles (2007), tais agrupamentos representavam uma forma de inserção social, por meio das irmandades, principalmente para aqueles indivíduos que viviam à margem da sociedade.

Também Boschi (2007) endossa tal ideia e cita outro aspecto importante, que é o favorecimento da constituição das irmandades leigas. Para o autor (2007),

essas igrejinhas logo se tornaram não apenas cenário para ofícios religiosos como também centro de vida social e local para trocas e para a prática do comércio. Ou seja, a sociedade que se foi organizando na área fê-lo em torno da religiosidade; as *urbes* foram nascendo sob o impulso da vida religiosa. Mantenedoras das capelas, cerne dos arraiais e igualmente dos altares que se construíram no interior delas, as irmandades assumiram, pois, função e papel nuclear na promoção das sociabilidades coloniais mineiras. (BOSCHI, 2007, p. 61, *itálico do autor*).

Era necessário, portanto, o estabelecimento de regras para a regulamentação das práticas dentro das irmandades, pois, “por disporem, simultaneamente, de um caráter religioso e outro temporal, jurídico, impunha-se a cada uma delas a redação de um regulamento” (MONTANHEIRO, 2008/2009, p. 130). Os *Livros de Compromisso* eram divididos em capítulos, que, de modo geral, tratam das eleições de novos membros, questões relacionadas a falecimentos dos irmãos, destinação das esmolas para as irmandades etc. Verifica-se, assim, um padrão semelhante de organização desses documentos e dos assuntos tratados em cada um deles; contudo, ao analisarmos o conteúdo dos livros de compromisso selecionados para o presente estudo, é possível perceber diferenças, como pode ser visto nos excertos abaixo:

(1)

10º

AfestadaSenhora



do Amparo he costumada afazer-ce aoito deSetembro, ena Vespera deste dia, sefará nova eleição para o anoSeguinte, prezidindo oReverendoCapellaõ damesmaIrmandade, etendo o Juiz detoda aMeza diante p[ro]posto compauta doSu geito para o Juiz, que serão trez nomeados; eomesmo fara o Escrivaõ, Tezoureiro, e Procurador, que selancaraõ osnomes detodos os propostos comdestinçaõ emhum Só papel, eposto este na mam do Escrivaõ, selevantaram todos os Irmaõs deMeza Menos os Offeciais, [e]retirados daquele lugar, Virá vindo axama [espaco] [espaco] [espaco] [espaco] [espaco] do axamado do Procurador cada um porsuaVes para dar oSeuVoto naquela que emsua consciencia vir h[é] capaz idoneo para o Cupar odito Cargo, cujos votos hirá o Escrivaõ asentando, ecada hum daqueles que selhederem, eosque commais Seaxarem serão osnovos ofeciais comadvertencia queSesuceder haver dois, outros comvotos iguaes, oReverendo Capelaõ dezempatará, elegendo oque [lh]eparecer idoneo; feita aeleiçaõ, easinada pelo Reverendo Capelaõ sepublicará nodia da festa (CINSAD, 1782, fol. 3v-4r).

(2)

CAPITULO XIII.

Quatro dias antes da nossafesta se junctará oJuiz, Officiaes, eIrmãos deMeza, querendo servirem aquelle anno, para fazerem nova elleiçaõ dos Off.^{es}, eIrmãos, q.' há de servir o anno succetivo, a qual elleiçaõ faraõ nomeando o Juiz, q.' servir [tuz] Irmãos dos mais habeis em capacidade: procedimento, eabasteam.¹⁰ debens, nos quaes iraõ os Irmaõs da Meza Lançando seus votos, e o quemais os tiver esse será oJuiz, q.' ha de servir naIrmandade, e o mesmo sepraticará com aeleiçaõ daJuiza, Escrivaõ, Thezour.^o, eProc[u]rador, e para Irmãos deMeza ellegerão doze, e outros tantos Irmãos, e posta a elleiçaõ emlimpo. Eassignadapelo Juizd[a]Irmand.^e, q.' srá oPrezidente em Meza. A publicará oPregador noSe[ilegível] [ilegível] havendo será publicada a [elleiçaõ] da[*inint.*] (CINSAP, 1765, fol. 9v)

Ambos os excertos (1) e (2) tratam da eleição de novos membros para o exercício no ano seguinte, porém é possível perceber diferenças em cada um deles. À primeira vista, nota-se uma diferença na numeração do capítulo: 10^o para o CINSAD e *capitulo XIII* para o CINSAP. Isso revela que, apesar de uma organização similar da estrutura textual dos documentos⁷, os

⁷ Segundo Montanheiro (2008/2009), os *Livros de Compromisso* com iluminuras podem apresentar a seguinte estruturação:

1. Plano posterior da encadernação
2. Folha(s) de guarda
3. Termo de abertura
4. Fólio com iluminura do orago da irmandade
5. Frontispício em que se identifica o orago da irmandade, sua sede paroquial, o lugar onde se localiza e, em alguns Compromissos, o ano ou de sua ereção da irmandade ou da redação de seu Compromisso
6. Fólio preambular com breves considerações sobre a irmandade
7. Os estatutos ordenados em capítulos

compromissos não seguiam um modelo padrão pré-definido, algo que pode ser visto, ainda, no conteúdo de cada excerto. No CINSAD, por exemplo, é definido que a eleição deveria ocorrer no dia anterior ao da festa da padroeira da irmandade, enquanto no CINSAP essa eleição deveria ocorrer quatro dias antes da festa. Também a escolha lexical é um fator a ser considerado, já que diverge em ambos os documentos. Além disso, no excerto (1) acima, referente ao CINSAD, é notável a existência de maiores detalhes sobre a realização das eleições, quando comparado ao excerto (2), CINSAP, o que pode indicar diferenças quanto ao nível de letramento desses escreventes, algo que será mais bem discutido na etapa de análise de dados, na seção seguinte.

Em consonância a isso, outro aspecto que também requer atenção para o presente estudo diz respeito ao acesso, ou não, à escolarização dos indivíduos que compõem nosso *corpus*. Villalta (2007), ao citar a importância da criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, no século XVIII, argumenta que sua finalidade era não só a formação de clérigos, como também a diminuição dos gastos com a educação dos filhos de membros da elite da capitania de Minas. Somado a isso, pode-se dizer que os escravos tiveram algum acesso à escolarização, pois, segundo o autor,

a ordem social colonial e escravista, assim, reproduzia-se, com suas contradições, no interior do Seminário de Mariana: enquanto os homens livres submetiam-se a um processo escolar formal, os escravos, cuja força de trabalho permitia aos primeiros prosseguir nos estudos, resumiam-se, em grande parte, a ter acesso à doutrina. Homens livres e escravos, professores e alunos, porém, podiam apropriar-se inventivamente das instruções distintas que recebiam e/ou davam, tomando como ponto de partida para a negação da ordem, fosse ela política, fosse ela religiosa, fosse ela socioeconômica (VILLALTA, 2007, p.266).

Apesar de o ensino ser restrito à elite da época (cf. VILLALTA, 2007; MORAIS, 2007), é sabido que membros das camadas populares da sociedade tiveram acesso às práticas de leitura e de escrita, mesmo que de maneira precária, assim como argumenta Morais (2007). De acordo com a autora,

em Minas Gerais, no ano de 1835, os escravos são legalmente proibidos de freqüentar

-
8. Solicitação/Atestação de ereção e criação da Irmandade
 9. Solicitação de aprovação eclesiástica
 10. Solicitação de confirmação régia
 11. Comentário sobre reforma de capítulos, emitido por autoridade competente.
 12. Despachos/Provisões das instâncias eclesiástica e/ou temporal, que geralmente incidem restrições ao compromisso apresentado
 13. Outros gêneros documentais, como, por exemplo, disputas por precedência entre irmandades em procissões
 14. Termo de encerramento
 15. Folha de guarda
 16. Plano posterior da encadernação (MONTANHEIRO, 2008/2009, p. 134-135).

as escolas públicas. Essa medida pode ser considerada fruto do temor das elites quanto ao acesso à instrução por parte da população cativa, uma vez que o aprendizado das tecnologias de leitura/escrita por parte dos escravos poderia gerar uma perda de controle das “massas perigosas”. Isso não quer dizer que os escravos não freqüentassem as aulas públicas, uma vez que a fiscalização provincial era significativamente ineficaz. No Oitocentos, os próprios professores produziam seus “mapas de freqüência de alunos” e relatórios exigidos pela Presidência da Província. Além disso, o costume da época admitia a possibilidade de a educação de um filho, livre ou forro, ou de um escravo ainda pequeno ser confiada a um mestre artesão ou professor particular. Os professores particulares lecionavam nas residências dos pupilos ou em locais organizados pelos próprios mestres. (MORAIS, 2007, p.498).

Ainda que não esteja claro se, de fato, as populações menos abastadas tiveram acesso à escolarização, o dado apresentado por Moraes (2007) nos fornece uma pista importante em relação às práticas educacionais no período colonial. Dessa forma, é possível que estes indivíduos tenham sido alfabetizados nas próprias irmandades, o que nos impõe a complexa tarefa de traçar o grau de letramento dos escribas que compõem nosso *corpus*⁸.

Entender tais aspectos sociais torna-se, pois, indispensável para nossa proposta de estudo, já que, conforme observa Labov (2008 [1972]), a forma como a sociedade se organizava pode ter interferência direta nos usos linguísticos de seus membros. No tocante aos fatores internos à língua, procuramos coletar e analisar todas as ocorrências do *ponto-final* e dos *dois-pontos*. Os respectivos empregos foram categorizados em usos *padrão* e em usos *não-padrão*, sendo que o padrão diz respeito ao emprego da norma gramatical do período, conforme sistematização presente nos quadros 1 e 2, e o não-padrão compreende todos os casos em que o emprego se distancia dessa norma. Os dados foram coletados manualmente, dada a impossibilidade de utilização de programas computacionais para isso, e tabulados por meio de regra de três simples. Os resultados obtidos são objeto de apresentação e de análise da próxima seção.

4 Apresentação e análise dos dados

Como mencionado na seção anterior, os documentos que compõem nosso *corpus*

⁸ Marcuschi (2001) define *escolarização* como sendo “uma prática formal e institucional de ensino que visa à formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola” (p.22). Soares (2007 [2003]) define *alfabetização* como sendo um “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (p. 15) e *letramento* ou *alfabetismo* como “o estado ou condição de domínio e usos plenos da escrita, numa sociedade letrada” (p. 54). Apesar de serem termos anacrônicos para o período setecentista, seu entendimento é necessário na caracterização dos escreventes de nosso *corpus*. Isso porque, segundo Marcuschi (2001) argumenta, os níveis de letramento são determinados historicamente.

pertencem a irmandades formadas por pardos, ou seja, membros de classes socioeconômicas mais baixas. O ponto que os distingue, contudo, está na região de garimpo (ouro ou pedras preciosas) que tais irmandades representam. Na tabela 1, abaixo, estão apresentados os dados referentes ao Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Paracatu (CINSAP):

Tabela 1 – Ocorrências de Ponto-final e Dois-pontos (CINSAP)

Sinais de pontuação	Ocorrência Padrão	Ocorrência Não-Padrão	Total de Ocorrências
Ponto-final	40 (48,78%)	16 (19,51%)	56 (68,29%)
Dois-pontos	21 (25,61%)	5 (6,1%)	26 (31,71%)
Total de Ocorrências	61 (74,39%)	21 (25,61%)	82 (100%)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

À primeira vista, é possível perceber um percentual maior de ocorrências de ponto-final (68,21%), em detrimento do percentual de ocorrências de dois-pontos (31,71%). Tal resultado pode ter explicação no fato de o ponto-final ser mais antigo na língua (cf. ACIOLI, 1994; ROSA, 1995; MACHADO FILHO, 2002) e, conseqüentemente, mais usual. Outra característica importante revelada em nossos dados é uma quantidade superior de ocorrências padrão tanto para o ponto-final – 40 (40,78%) – quanto para os dois-pontos – 21 (25,61%). Os exemplos (3) e (4) abaixo ilustram, respectivamente, o uso padrão desses sinais em nosso *corpus*:

- (3) Compromisso da Irmandade de Nossa Snr.^a do Amparo, q^o fazem os Pardos livres do Arr.^{al} de São Luiz, e S. Anna minas de **Paracatu**. (CINSAP, 1765, fól. 2r)
- (4) Haverá nesta Irmand.^e os livros **seg**:^{tes} hum livro, que servirá para os assentos dos Irmãos, que entrão, do qual setractou no Cap.^o 3^o, hum[õ.] para o assento dos annuaes dos mesmos Irmãos, hum [d.] para termos, e elleiçoens; hum dicto dareceita, edispeza; hum dicto p.^a as certidoens, que se hão depassar das Missas, q.^o sedisserem pelas Almas dos Irmãos falecidos, e além dos Cinco referidos, haverão todos os Mais, que pelo decurso do tempo, eparaobem regimen daIrm.^{de} se julgárem precisos. (CINSAP, 1765, fól. 14v).

No exemplo (3), o emprego do ponto-final segue a norma do período setecentista (cf. Quadro 2), visto que esse sinal foi empregado ao fim do texto de apresentação da irmandade e não há qualquer dependência com o texto seguinte. Também no exemplo (4), verifica-se uma adequação à norma, conforme descrito no quadro 1, uma vez que o sinal dois-pontos foi empregado para enunciar uma enumeração/explicação, assim como preveem Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950).

Na tabela 2, abaixo, estão os dados referentes ao Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Diamantina (CINSAD):

Tabela 2 – Ocorrências de Ponto-final e Dois-pontos (CINSAD)

Sinais de pontuação	Ocorrência Padrão	Ocorrência Não-Padrão	Total de Ocorrências
Ponto-final	49 (41,88%)	41 (35,04%)	90 (76,92%)
Dois-pontos	10 (8,55%)	17 (14,53%)	27 (23,08%)
Total de Ocorrências	59 (50,43%)	58 (49,57%)	117 (100%)

Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Na tabela 2, assim como na tabela 1, é perceptível a maior quantidade de ocorrências padrão para o ponto-final; entretanto os resultados sinalizam características divergentes em relação ao CINSAP. A primeira delas se dá no fato de as ocorrências padrão e não-padrão para o ponto-final possuírem valores quase equivalentes de ocorrências (49 padrão contra 41 não-padrão). Já a outra especificidade refere-se ao fato de as ocorrências não-padrão (17 – 14,53%) de dois-pontos terem sido superiores às ocorrências padrão (10 – 8,55%). Esse comportamento dos resultados para o CINSAD nos leva a crer que seu escrevente teria dificuldade em aplicar a norma, principalmente para o sinal dois-pontos, tendo em vista os valores percentuais aproximados de ocorrência *padrão* e *não-padrão*. Em contrapartida, o escrevente do CINSAP pode ter um maior domínio da norma e, conseqüentemente, maior facilidade em aplicá-la ao texto escrito. Os exemplos (5) e (6), retirados do CINSAD, ilustram os usos não-padrão em nosso *corpus* para o ponto-final e para os dois-pontos, respectivamente:

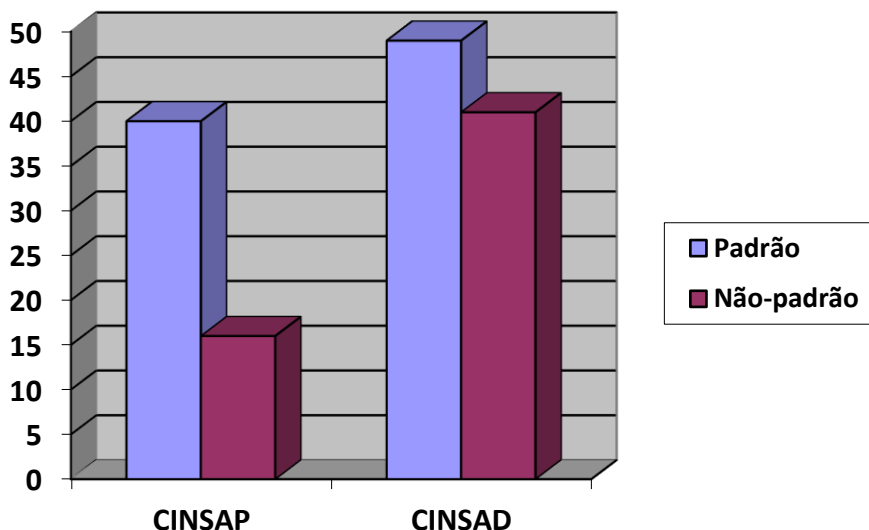
(5) Donna Maria por graça de Deoz Raynha de Portugal, E dos Algarvez dá quem, e dálem Már, em Africa Senhora de **Guiné.** e etc. (CINSAD, 1782, fól. 9r.)

(6) Averánesta **Irmandade** úma Juiza, aqual elegerá a Meza, edoze Mordomas, e Será a Juiza obrigada adar deEsmola Vinte eSinco oitavas e as Mordomas aquatroOitavas, que tudo Searrecadará nodia dafeita. (CINSAD, 1782, fól. 3r.)

No exemplo (5), o emprego do ponto-final está inadequado, pois, de acordo com a norma do período, o sinal de pontuação aceito seria a vírgula. Além disso, a oração não possui sentido perfeito, assim como se espera para o uso do ponto-final (cf. Quadro 2). Já, no exemplo (6), a ausência do sinal dois-pontos logo após a palavra *Irmandade* exemplifica a não aplicação da norma. Nesse caso, o sinal serviria, conforme Feyjo (1734), Verney (1746), Moura (1850) e Ribeiro (1950), para introduzir uma explicação, motivo pelo qual seu uso seria obrigatório.

Identificadas tendências distintas de uso dos dois sinais de pontuação nos documentos analisados, cumpre cotejá-los de modo a verificar se o fator geográfico pode ser uma variável considerada na análise. Os resultados obtidos são apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1 – CINSAP vs CINSAD: Ponto-final



Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

Ao analisarmos as informações contidas no gráfico 1, à primeira vista, identificamos um comportamento similar para ambos os compromissos. Tanto no CINSAD quanto no CINSAD encontramos uma maior quantidade de ocorrências padrão para o emprego do ponto-final. Tal resultado pode ser devido ao fato de, como já mencionado, esse sinal ser o mais antigo

na escrita (ACIOLI, 1994; ROSA, 1995; MACHADO FILHO, 2002) e também por sua norma de uso ser mais sintética, condensando-se em apenas uma regra, o que, de certo modo, torna mais fácil seu emprego. Contudo, alguns detalhes requerem atenção. Ao compararmos as ocorrências padrão e não-padrão em cada um dos documentos, é notável que a diferença entre essas ocorrências seja mais acentuada no documento de Paracatu, isto é, o escrevente dessa irmandade se ateve mais à norma. Já em relação ao documento de Diamantina, apesar de a quantidade de ocorrências ser superior em relação aos resultados obtidos no CINSAP, a maior recorrência da variante não-padrão implica menor conhecimento da norma pelo seu escrevente. O exemplo (7), abaixo, retirado do CINSAD, ilustra um uso não-padrão do ponto-final:

(7)

11°

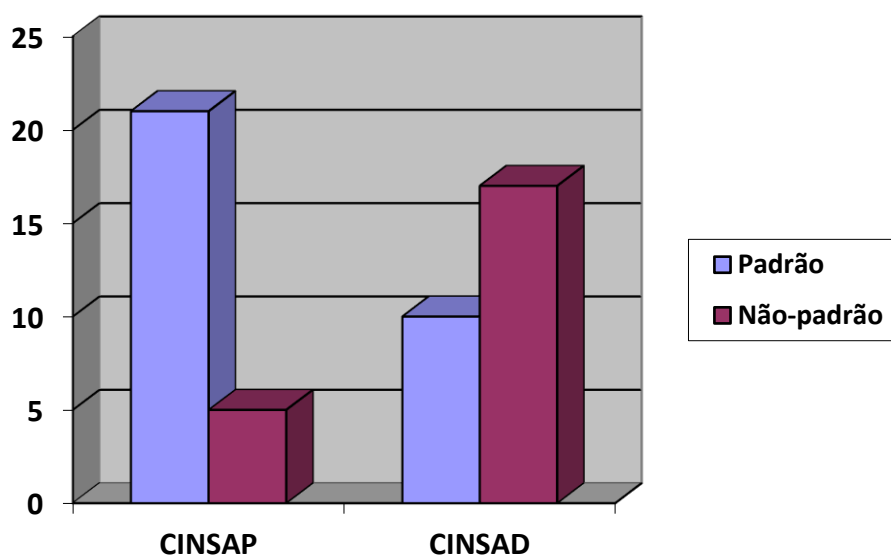
Asesmolas, quede=
vem dar os Ofeciaes deMeza, são as seguintes: Será
obrigado oJuiz adar deSeu juizado Vintecinco oitavas de
Ouro, o Escrivão dezaceis, o Tezoureiro doze, eos Irmãos deMe-
za quatro Oitavas cadahum, atendendose asdespezas que
sefazem com asMissas, eCarestias das festas, *que tudo sein-*
*tregará aoTezoureiro para recolher ao Cofre da **Irmandade*** (CINSAD, 1782, fol. 4r)

No exemplo (7), a ocorrência não-padrão é demarcada pela ausência do ponto-final ao fim do capítulo décimo primeiro, o que pode revelar um desconhecimento, por parte do copista, da importância e da necessidade de uso desse sinal na língua escrita. Em contrapartida, nos capítulos do CINSAP não verificamos ocorrências não-padrão desse tipo (por ausência do sinal); tal tipo de ocorrência foi averiguada somente nos paratextos⁹.

No gráfico 2, a seguir, apresentamos o comparativo do resultado para o emprego de dois-pontos, visando a verificar se, em se tratando de um sinal de pontuação cujas regras de uso são mais complexas, a tendência se mantém:

Gráfico 2 – CINSAP vs CINSAD: Dois-pontos

⁹ É necessário ressaltar que, em ambos os documentos, há a presença de diversos punhos nos paratextos. Nos capítulos, notamos apenas a presença de um punho, provavelmente dos escrivães das respectivas irmandades.



Fonte: Adaptado de Coelho (2018).

No gráfico 2, verificamos um resultado diverso do que foi apresentado no gráfico 1. Em relação ao CINSAP, mantém-se a maior quantidade de ocorrências padrão para o emprego de dois-pontos, o que, mais uma vez, demonstra maior conhecimento da norma pelo escrevente de Paracatu. É importante ressaltar que, assim como no gráfico anterior, a divergência de dados padrão e não-padrão tem valor elevado, com o dobro de ocorrências padrão em relação à não-padrão. Diferentemente disso, no CINSAD há uma quantidade superior de ocorrências não-padrão de dois-pontos, fato que demonstra menor conhecimento da norma pelo escrevente dessa localidade mineira. Coelho (2018) argumenta, inclusive, que o pouco consenso entre os gramáticos do período teria reflexo nesses resultados, visto que a pouca sistematização indica uma maior complexidade quanto ao uso desse sinal e exigiria do escrevente uma maior habilidade ao empregar os dois-pontos.

Os resultados apontam, portanto, para o fato de que o escrevente da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo de Paracatu possui maior domínio da norma, algo que diverge do escrevente da irmandade homônima de Diamantina. Isso nos leva a crer que, apesar de ambos os escribas pertencerem ao mesmo estrato social – pardos –, os graus de escolarização e de letramento são distintos, o que corrobora nossa hipótese inicial de que o fator geográfico tenha influência no domínio da norma do período, ainda que se trate de documentos de uma mesma irmandade. Ademais, os resultados obtidos mostram ainda que os sinais de pontuação podem sim ser um instrumento para auxiliar o pesquisador a inferir o grau de escolarização do escriba,

quando lhe faltam tais informações sociolinguísticas. Outro dado relevante se refere à complexidade de uso dos sinais de pontuação. Como existem normas distintas de uso, algumas das quais congregam um elenco de regras cujo domínio demanda, por conseguinte, instrução formal, como é o caso dos dois-pontos, há outras cujo domínio não demanda muito conhecimento formal, já que a norma de uso é bastante simples, como é o caso do ponto-final. Assim, na necessidade de se inferir o grau de escolarização do escriba com apoio no uso que ele faz dos sinais de pontuação, há de se considerar que existe um *continuum* de dificuldade no emprego de tais sinais e que, portanto, são aqueles cujo emprego demanda maior conhecimento que irão definir o domínio ou não da norma do período e, conseqüentemente, um maior ou menor grau de escolarização/letramento.

5 Considerações finais

Buscamos, com este estudo, contribuir com as pesquisas sociolinguísticas de abordagem diacrônica, propondo uma metodologia auxiliar para inferir o grau de escolarização do escriba. Seguindo a trilha de estudos anteriores que perseguiram o mesmo propósito, dedicamo-nos a testar a hipótese de que o emprego dos sinais de pontuação poderia constituir um instrumental adequado para determinar indiretamente o grau de escolarização do escrevente, na medida em que, dado o grau de (des)obediência à norma de uso, bem como a complexidade de emprego dessa norma em se tratando de determinados sinais, seria possível inferir o grau de familiaridade do escriba com a língua escrita. Para tanto, selecionamos dois sinais de pontuação cuja complexidade de uso é distinta (ponto-final e dois-pontos, respectivamente) e analisamos seu emprego em dois Compromissos de Irmandades mineiras setecentistas, cujos irmãos são pardos e pertencentes ao estrato socioeconômico mais baixo.

Os resultados obtidos acusaram que, apesar de os documentos serem escritos por grupos socioeconômicos semelhantes, há diferenças quanto ao emprego da norma. Dessa maneira, acreditamos que o escrevente do documento de Paracatu teve maior acesso à escolarização e, conseqüentemente, possuía maior grau de escolarização, diferenciando-se do escrevente de Diamantina. Essa conclusão decorre do fato de o escriba do CINSAD ter incorrido em menos desvios ao empregar o sinal dois-pontos, que, segundo Coelho (2018), teria um maior grau de complexidade. Além disso, os valores similares de ocorrências padrão e não-padrão para um



sinal mais usual e com menor grau de complexidade (cf. COELHO, 2018), como o ponto-final, também foi um fator determinante para que chegássemos a essa conclusão.

Esse panorama confirma, portanto, nossa hipótese inicial de que os sinais de pontuação podem fornecer pistas capazes de determinar o grau de escolarização do escrevente, além do que o fator geográfico também contribui nesse sentido, sobretudo porque nele se imbricam questões culturais e econômicas. Embora tanto Diamantina quanto Paracatu fossem regiões cuja base econômica se ancorava no extrativismo de pedras e metais preciosos, tais cidades estão localizadas em regiões diferentes de Minas Gerais (Paracatu encontra-se na região noroeste do estado, enquanto Diamantina está na porção norte) e possuem, conseqüentemente, desenvolvimento social e econômico distintos. Tal distinção se revela nos resultados obtidos, que acusaram tendências distintas de uso, sendo uma delas mais próxima da norma e a outra mais distante dela.

Embora os resultados obtidos sinalizem para a adequação da hipótese, o que, sem dúvida, traz grande contribuição metodológica para os trabalhos diacrônicos de abordagem sociolinguística, trata-se de um primeiro esforço nesse sentido; portanto, é necessário averiguar se esse comportamento se repete em outros documentos de classes menos e mais abastadas das regiões estudadas, o que nos permitirá traçar um perfil mais fidedigno de seus escribas.

Referências

- ACIOLI, V. L. A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1994.
- ARGOTE, J. C. Regras da língua portuguesa, espelho da língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portuguesa. Lisboa: Oficina da Musica, 2ª ed., 1725. Disponível em: <<http://purl.pt/10/1>> Acesso em: 28 ago. 2017.
- BARBOSA, A. G. Perfis sócio-históricos de redatores do século XIX: graus de letramento e ortografia. *Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro*; 13-14 out, Maceió; Brasil. 9; 2013.
- BARBOSA, J. S. Grammatica philosophica da língua portuguesa ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822, p. 86-96. Disponível em: <<http://purl.pt/128>> Acesso em: 25 jul. 2017.
- BOSCHI, C. C. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In.: RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 59-76.
- CATACH, N. La ponctuation. *Langue Française*. Paris: Larousse, v. 45, n. 1, 1980, p. 16-27. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260> Acesso em 29 jul. 2017.
- CARNEIRO, Z., OLIVEIRA, K., LOBO, T. Metodologia para a identificação de perfis socioculturais de redatores em corpora históricos: pesquisa direta em arquivos. *Seminário Nacional do Projeto para a História do Português Brasileiro*; 13-14 out, Maceió; Brasil. 9; 2013.
- COELHO, S. M. Abreviaturas setecentistas como recurso de caracterização sociolinguística do escrevente In: X Congresso Internacional da ABRALIN, 2017, Niterói. *Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político*, 7 a 10 de março de 2017, Niterói, RJ. Niterói: Letras da UFF, 2017. v.1. p.453 – 460.



- COELHO, S. F. A pontuação nas Minas setecentistas, 2018, 134 f., (Dissertação de mestrado em Estudos Linguísticos), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CONSTANCIO, F. S. Grammatica da analytica da língua portugueza. Rio de Janeiro: Casa de Souza, Laemmert e Cia., 1831, p. 305-308. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Grammatica_analytica_da_li%CC%A5ngua_portugu.html?id=DxQTAAAAAYAAJ&redir_esc=y> Acesso em 05 set. 2017.
- DUCHOWNY, A. T.; COELHO, S. M. Edição semidiplomática e fac-similar de documentos adamantinos setecentistas. Belo Horizonte: Viva Voz. 2013.
- FEYJO, J. M. M. Orthographia, ou a arte de escrever, ou de pronunciar com acerto a lingua portugueza. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734. Disponível em: <<http://purl.pt/13>> Acesso em: 06 set. 2017.
- FURTADO, J. F. O livro da capa verde: o regimento de diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração. São Paulo: ANNABLUME, p. 37-72, 1996.
- LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Paracatu-MG, 1765. Edição fac-similada, pertencente ao arquivo pessoal do Historiador Antônio de Oliveira Mello.
- MACHADO FILHO, A. V. L. A pontuação em manuscritos medievais portugueses. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In.: SIGNORINI, I. (org.) Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 23-50.
- MONTEIRO, F. C. O Livro de Compromisso entre os manuscritos confrariais: potencialidades para o trabalho filológico. Revista Filologia e linguística portuguesa. São Paulo, n. 10-11, 2008/2009, p. 121-148. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i10-11p121-148>> Acesso em: 13 nov. 2018.
- MORAIS, C. C. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850. Revista brasileira de educação. Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, 2007, p. 493-504. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S141324782007000300008>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- MOURA, J. V. G. Compendio de grammatica latina e portugueza. Coimbra: Imprensa da Universidade, 6 ed., 1850, p. 176-181. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Compendio_de_grammatica_latina_e_portugu.htm?id=2dWcNv9jpMUC&redir_esc=y> Acesso em: 01 set. 2017.
- RIBEIRO, E. C. Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza. Salvador: Aguiar & Souza LTDA, 4 ed., 1950.
- ROCHA, I. L. V. Pontuação e o sistema gráfico do texto: aquisições paralelas. Delta, v. 12, n. 1, p. 1-34, 1996.
- _____. O Sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. Delta online, v. 13, n. 1, p. 83-118, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501997000100005>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- _____. Flutuação no modo de pontuar e estilos de pontuação. Delta online, v. 14, n. 1, p. 01-12, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100001>> Acesso em: 10 ago. 2017.
- ROSA, M. C. Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. Revista de Estudos Linguísticos. Belo Horizonte, v. 1, 1995, p. 17-29. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1003/1112>>. Acesso em: 16 ago. 2017.
- SALLES, F. T. Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2 ed. rev. e ampl., 2007.
- SILVA, A. M. Dicionario da lingua portugueza. Rio de Janeiro: Empr. Litteraria Fluminense. 8 ed., 1890, p. 32-33. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242523>> Acesso em: 23 set. 2016.
- SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 5 ed., 2007 [2003], p. 1362.
- ULHÔA PIMENTEL, H. Histórico da Cidade. Arquivo público municipal de Paracatu - MG, [200--?]. Disponível em: <<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossahistoria/>> Acesso em: 26 jan. 2018.
- VERNEY, L. A. Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal: exposto em varias cartas. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=iYCEXsZnTugC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 02 out 2016.
- VILLALTA, L. C. Introdução. In.: RESENDE, M. E. L.; VILLALTA, L. C. As minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 249-252.

[RECEBIDO: agosto/2018]

[ACEITO: novembro/2018]